

Mulheres Negras e as incertezas do trabalho: um convite ancestral ao Bem Viver

Por Bianca Santana¹

Resumo: São muitos os dados que mostram a precariedade da vida e as incertezas do trabalho das mulheres negras brasileiras. A proposta deste trabalho é questionar, de forma preliminar e exploratória, quais as táticas de vida dessas mulheres apesar da precariedade. Porque em condições econômicas desfavoráveis, elas inventam soluções colaborativas para a manutenção de suas vidas e suas comunidades: compartilham os cuidados de crianças e idosos, alimentos e moradia entre núcleos familiares distintos. Nos quilombos, nas ações cotidianas de sabotagem e recusa, no candomblé, no samba, essas mulheres forjam soluções culturais para os problemas econômicos.

Palavras-chave: mulheres negras, bem viver, comum, memória

Minha avó Polu nasceu no encontro das águas do São Francisco com o rio Correntes, no nordeste do Brasil, em 1915, trinta anos depois da Lei Áurea, que aboliu, ao menos no papel, a escravidão no país. O lugar onde cresceu estava entre fazendas que ainda mantinham relações de servidão entre trabalhadoras negras e grandes proprietários de terra; e comunidades rurais que compartilhavam o acesso à terra e às memórias ancestrais, conhecidas como quilombos. Na década de 1950, minha avó engrossou os fluxos migratórios para os grandes centros urbanos no sudeste do país. Chegou a São Paulo, onde trabalhou como empregada doméstica, e viveu em comunidades urbanas que hoje também podem ser lidas como quilombos: cortiços, chamados de moradias coletivas, e um conjunto habitacional construído pelo Estado em uma política pública de habitação. Tanto em sua origem rural, como em quase 50 anos de vida urbana, minha avó foi quilombola.

Podemos compreender *quilombo*² como um território negro de articulação da vida comunitária e de resistência. Durante os mais de 300 anos de escravidão legal no país, os quilombos reuniam pessoas que conquistaram sua liberdade e resistiam ao sistema escravista. Nos 130 anos que seguem à abolição, a maior parte da população negra brasileira segue excluída do acesso a direitos e de usufruir das promessas do capitalismo. A vida em comunidade, com o compartilhamento de recursos variados, se impõe não somente como escolha, mas como necessidade de sobrevivência. As

¹ Escritora, jornalista e militante feminista. Doutoranda em ciência da informação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e mestra em educação. Autora do livro “Quando me descobri negra” (SESI-SP, 2015).

² Esta perspectiva de quilombo é apresentada pela geógrafa Lourdes Carril no livro “Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania”, publicado em 2006 pela editora Annablume.

mulheres negras brasileiras, em sua experiência de exclusão e discriminação, lideram comunidades urbanas e rurais, e resistem, naquilo que o poeta Arnaldo Xavier nomeou o “matriarcado da miséria”³.

Minha avó deixava duas crianças pequenas em casa para trabalhar como empregada doméstica de pessoas mais ricas. Os vizinhos, do mesmo quintal, observavam minha mãe e meu tio e estavam disponíveis para qualquer necessidade. Quando adoecia, e não conseguia trazer dinheiro para casa, Polu contava com os alimentos doados por familiares e vizinhos, assim como sempre compartilhava óleo, macarrão, arroz e feijão com quem precisasse. Já no conjunto habitacional, quando recebia uma pequena aposentadoria, costumava pagar uma ou outra conta de luz de quem passava por dificuldade. E presenciei, inúmeras vezes, um botijão de gás reserva, que ela mantinha sempre cheio, ser levado de casa em casa. No jardim coletivo, ela plantava ervas utilizadas para chás, remédios e compressas. E na garagem do prédio, naquele contexto tão desfavorável, criava codornas cujos ovos garantiam um dinheiro extra ou socorriam quem não tinha a mistura⁴.

Mais recentemente, estudando na universidade as especificidades das mulheres negras como grupos sociais, em paralelo às práticas do comum e do bem viver, tenho percebido o quanto as mulheres negras podem ensinar a este respeito. Mesmo as que não dominam noções políticas ou filosóficas do comum ou do bem viver. Para essas mulheres, tenho buscado sistematizar essas noções. Mas como se pode perceber nos parágrafos seguintes, ainda tenho muito o que trabalhar para abordar tais noções em sua complexidade, com simplicidade. Este é um início.

O comum tem sido estudado há décadas, em diversos campos de conhecimento. A Nobel de Economia Elinor Ostrom analisou, na ciência política, mais de duas décadas de gestão dos bens naturais comuns, mostrando que a *tragédia dos commons*, conceito de Garrett Hardin de que o compartilhamento de recursos finitos geraria inevitavelmente seu esgotamento, não é uma realidade incontestável. Yochai Benkler, no direito e na economia, tem se dedicado a estudar os commons digitais, assim como Antonio Negri e Michael Hardt, na filosofia. Até o Banco Mundial e a ONU têm estudos e recomendações relacionadas ao comum. A língua é dos exemplos mais citados de bem comum, assim como o ar e os oceanos. No digital, softwares livres, obras licenciadas em Creative Commons e a Wikipédia são comuns expressivos.

³ O termo do poeta foi retomado no artigo “Matriarcado da miséria”, de Sueli Carneiro, publicado originalmente no ano 2000 no jornal Correio Braziliense, depois organizado no livro “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil”, do Selo Negro, de 2011.

⁴ Mistura é como como as famílias mais pobres costumam chamar a proteína que acompanha o feijão e o arroz, normalmente carne bovina, frango, porco ou ovo.

Segundo o historiador Célio Turino, responsável pela criação do Programa Cultura Viva no Ministério da Cultura Brasileiro durante o governo Lula, todos esses movimentos pelo comum, a filosofia africana ubuntu, o desenvolvimento de softwares livres compartilham de alguns princípios: “a colaboração em vez da concorrência que o capitalismo promove; a valorização da convivencialidade; a importância da autonomia, da autogestão e dos processos construídos localmente a partir de baixo; o respeito à diversidade e o valor central da deliberação; a democratização da economia e da tecnologia; a transformação da propriedade privada em propriedade social ou em comuns; a soberania alimentar; a solidariedade e a reciprocidade”⁵.

Na cosmologia ameríndia quéchua, esta sabedoria ancestral de unicidade entre pessoas e a natureza, sem o objetivo da alienada acumulação capitalista, este fazer solidário é chamado Bem Viver. “O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência dos seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade e o planeta com todos os seres, por mais insignificantes ou repugnantes que possam aparentar”, escreveu Alberto Acosta⁶. O Bem Viver está nas comunidades indígenas latino-americanas, mas também nos sambas, candoblés e favelas brasileiras.

Silvia Federici⁷ afirma que em todo o mundo as mulheres dependem mais que os homens do acesso ao comum e estão mais comprometidas com sua defesa. O argumento principal da autora está no fato de as mulheres serem histórica e socialmente as principais responsáveis pelo trabalho de reprodução da vida, como cozinhar, lavar, limpar e cuidar. Ela afirma a coletivização deste trabalho reprodutivo entre muitas mulheres como ferramenta para diminuir os custos de vida e se protegerem mutuamente da pobreza, da violência dos homens e do Estado. Para a maior parte das mulheres negras brasileiras, o trabalho de reprodução e de cuidados, além de ser realizado em suas casas e comunidades de forma não remunerada, foi, e em tantos casos ainda é, realizado nas casas das patroas, com baixa remuneração.

Minha avó viveu como a maior parte das mulheres negras que, depois da abolição, tinham o trabalho doméstico como a única possibilidade de renda, ou a venda de quitutes nas ruas como alternativa. Até 1998, 110 anos depois da abolição, 48% das trabalhadoras negras brasileiras eram domésticas. Somente em 2013, a luta

⁵ Trecho do prefácio à edição brasileira do livro “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos”, de Alberto Acosta, escrito por Célio Turino, publicado em 2016 pela Editora Elefante e a Fundação Rosa Luxemburgo.

⁶ “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos”, publicado em 2016 pela Editora Elefante e a Fundação Rosa Luxemburgo.

⁷ FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata. Feminismo, Economia e Política. São Paulo: SOF, 2014.

das mulheres organizadas conquistou direitos trabalhistas como jornada de até 44 horas semanais, pagamento de hora extra, adicional noturno e seguro-desemprego. Somente em 2013!

E muitos outros dados permitem visualizar que as mulheres negras ocupam a base da pirâmide social brasileira: são as que recebem os menores salários, cerca de 40% do que ganham os homens brancos (MTPS, IPEA, 2016); as mais vulneráveis ao desemprego, com 13,3% de mulheres negras desocupadas (IPEA, 2017); mais expostas ao analfabetismo, cerca de 10,2% das mulheres negras com mais de 15 anos de idade não são alfabetizadas (IPEA, 2017); as maiores vítimas de homicídio, proporcionalmente, são assassinadas 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas no Brasil (ONU, 2015). No estado de São Paulo, o percentual de pessoas negras que moram nas chamadas habitações subnormais (favelas, cortiços, palafitas, loteamentos clandestinos e/ou irregulares) é de 60,66% (IBGE, 2010, apud OLIVEIRA & SOUZA, 2014).

Poderíamos seguir elencando dados que mostram a precariedade da vida das mulheres negras brasileiras. Em vez disso, parece mais importante perguntar: quais as estratégias de vida dessas mulheres? Porque, em condições econômicas tão desfavoráveis, elas inventam soluções colaborativas para a manutenção de suas vidas e suas comunidades: compartilham os cuidados de crianças e idosos, alimentos e moradia entre núcleos familiares distintos. Nos quilombos, nas ações cotidianas de sabotagem e recusa, no candomblé, no samba, essas mulheres forjam soluções culturais para os problemas econômicos. Articuladas politicamente em todo o país, no ano de 2015 mais de 20 mil delas se encontraram em Brasília para a *Marcha das Mulheres Negras: contra o racismo e a violência e pelo Bem Viver*. O manifesto da Marcha⁸ registrava:

“Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório. (...) A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os). Na condição de protagonistas oferecemos ao Estado e à sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de

⁸ Manifesto da Marcha das Mulheres Negras disponível em: <http://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>

discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros.”

Na desumana travessia do Atlântico, a brutal violência da escravidão e as inúmeras dificuldades impostas pelo racismo institucional e a discriminação da pós-abolição, que se mantém ainda hoje, as mulheres negras trançam seus cabelos, cantam, dançam, adornam seus corpos, contam histórias, fazem roupas de boneca, cozinham, cuidam das ervas, alimentam seus filhos. A afirmação e recriação de costumes e hábitos de diversas etnias, portanto, inscreveram no cotidiano das mulheres negras brasileiras condutas específicas. Nas palavras de Fernanda Carneiro⁹: “condutas, com conteúdos e táticas de uma liberdade vivida sob tensão e funcionam como memória coletiva, inscrevendo na cultura e no cotidiano uma crônica alternativa de vida”.

Além da transmissão oral e pelo corpo, as memórias das mulheres negras estão presentes também na internet. Sites, blogs, páginas e perfis de redes sociais têm alcançado muitas pessoas ao disseminarem e valorizem a história e as conquistas das mulheres negras; além de contarem muitas das práticas cotidianas e da oralidade. O portal Geledés¹⁰ e o Blogueiras Negras¹¹ são exemplos importantes desse fenômeno. A força das mulheres negras nas redes têm sido observada em pesquisas acadêmicas recentes, como a das antropólogas Laura Moutinho, Milena Mateuzi e Valéria Alves. Nas palavras das autoras¹²:

“A face atual do feminismo que vem pautando a cena política traz uma força jovem em uma esfera inimaginável para as feministas negras que atuaram nas décadas de 1980 e 1990, como Beatriz Nascimento, a própria Lélia Gonzalez, entre outras. Através das redes sociais, de blogs e de um conjunto variado de ações vemos justamente um certo ‘modo de ser feminista’ articulando não apenas a ação política, mas um modo de ser e de ocupar o mundo”.

Este texto, longe de apresentar sistematizações científicas ou considerações finais, busca aguçar o desejo de aprender sobre colaboração, o comum e o bem viver

⁹ CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... In: WERNECK, J. MENDONÇA, M. WHITE, E. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe”. Rio de Janeiro: Pallas/ Criola, 2006.

¹⁰ <http://www.geledes.org.br/>

¹¹ <http://blogueirasnegras.org/>

¹² MOUTINHO, Laura. ALVES, Valéria. MATEUZI, Milena. “Quanto Mais Você Me Nega, Mais Eu Me Reafirmo”: Visibilidade e Afetos na Cena Negra Periférica Paulistana. Revista Tomo, 2016. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/5428/4451> . Acessado em julho de 2016.

com as mulheres negras brasileiras. O poema *Vozes-mulheres*¹³ da escritora negra Conceição Evaristo é aqui colocado como convite e inspiração:

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó ecoou
criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
De uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
No fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.
A voz de minha filha
recorre todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade

¹³ EVARISTO, Conceição. 2008. Poemas da recordação e outros movimentos. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Elefante, 2016.

EVARISTO, Conceição. 2008. Poemas da recordação e outros movimentos. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata. Feminismo, economia e política. São Paulo: SOF, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association Pittsburgh, 5 a 7 de abril de 1979. Disponível em: https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf

IPEA. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, 2013.

_____. Retrato das Desigualdades Gênero e Raça. Brasília, 2011.

_____. Atlas da violência. Brasília, 2017.

LANG, Miriam. Alternativas ao desenvolvimento. In: DESCOLONIZAR o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MTPS, IPEA. Nota Técnica Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília, 2016.

OLIVEIRA, Reinaldo José; SOUZA, Regina Marques. Direito à moradia: reflexões sobre território e compromisso com o maior contingente populacional brasileiro. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Vitória da Conquista-BA n. 17 p. 207-222 2014

ONU. Flacso. Mapa da violência 2015: homicídios de mulheres no Brasil. Brasília, 2015

OSTROM, Elinor et al. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. 1990.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, 2015. Disponível em www.mapadaviolencia.org.br

WERNECK, Jurema. De Ialodês e Feministas: reflexões sobre a ação política das mulheres negras na América Latina e Caribe. Nouvelles Questions Féministes : revue internationale francophone, vol. 24, n. 2, 2005. Disponível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2008/10/de-ialods- e-feministas.html>